

**HABEAS CORPUS Nº 547.676 - PE (2019/0352430-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE** : MARIO FORTUNATO DE SOUSA AMARAL E OUTROS  
**ADVOGADOS** : GERVÁSIO XAVIER DE LIMA LACERDA - PE021074  
BRUNO HENNING VELOSO - PE022953  
JULIANA GABRIELA BOMFIM GOMES - PE032124  
CARLOS LAVOISIER PIMENTEL ALBUQUERQUE - PE023102  
LUANA LIMA LACERDA FERREIRA - PE046400  
MÁRIO FORTUNATO DE SOUSA AMARAL - PE031234  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**PACIENTE** : FABIO LUIZ CAVALCANTI DE MORAIS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em benefício de FABIO LUIZ CAVALCANTI DE MORAIS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco que denegou a ordem visada no *Writ* n. 0004025-47.2019.8.17.0000 para manter a prisão preventiva decretada em desfavor do ora paciente nos autos da Ação Penal. n. 0000120-84.2019.8.17.0630.

Noticiam os autos que o acusado, após ser preso temporariamente em 7/8/2019, teve a prisão convertida em preventiva no dia 16/8/2019 e, posteriormente, foi denunciado pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 89 e 90 da Lei de Licitações, no art. 2º da Lei 12.850/2013 e no art. 1º da Lei n. 9.613/1998, porque, juntamente com outros corréus, teria fraudado procedimento licitatório, obtendo para si, vantagem ilícita.

Nesta via, o impetrante, inconformado com a custódia processual, sustenta, em apertada síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal derivado da ausência de fundamentação idônea do decreto preventivo, que não teria demonstrado a presença de qualquer fato novo apto a modificar decisão anterior, que indeferiu o pleito da medida extrema.

Afirma, ainda, a extemporaneidade da segregação e as condições pessoais favoráveis do réu.

Requer por isso, liminarmente, a concessão da ordem para revogar a segregação processual ou substituí-la por cautelares mais brandas.

**É o relatório.**

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

Não bastasse, da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou que:

*"Analisando atentamente os autos, compreendo que a decisão ora combatida não padece de vícios, porquanto, considerando presentes os pressupostos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal - prova da materialidade delitiva e indícios suficientes de autoria - consubstanciados pelos depoimentos e provas colhidas em sede policial, o magistrado converteu a prisão temporária do paciente em prisão preventiva do paciente com fundamento na garantia da ordem pública, econômica e para a conveniência da instrução criminal e garantia de aplicação da lei penal.*

*[...]*

*Consoante bem exposto pelo Magistrado a quo nas informações, à fl. 376, deve-se ter em mente que 'o acusado **Fábio** é apontado pelo MP como um dos principais articuladores para o fim de viabilizar as supostas fraudes às licitações, tendo relação estreita com Geraldo, o que viabilizou a suposta organização criminosa com a finalidade de angariar recursos públicos em diversas localidades a partir de alegados ajustes às licitações, o que se estende tanto a empresa de Geraldo como à de Fábio. Ademais, fundamentei na decisão que converteu sua prisão temporária em preventiva em elementos que poderiam denotar ocultação de verba supostamente ilegal, como troca de favores com políticos, atos que foram classificados como "carta marcada", expressão utilizada pela autoridade policial para se referir às fraudes à licitação, embora haja menção de diversos outros fatos supostamente criminosos'.*

*Assim, entendo que, em que pese os esclarecimentos do Impetrante e a prova acostada, resta claro dos autos que ainda há fatos a serem dirimidos, como bem apontado pela autoridade coatora, dentre eles o fato de a empresa do paciente ser vencedora de licitação sem comparecimento ao ato.*

*No que tange a apontada ausência de contemporaneidade entre a data dos supostos fatos criminosos e a decretação da prisão preventiva, não se pode olvidar que os elementos probatórios apontam que o paciente, apesar de não atuar mais em Gameleira, passou a praticar os supostos crimes em outras cidades, utilizando-se de relacionamento com a gestão local.*

*Assim, vê-se que o **Paciente responde ao processo de nº 0000418-74.2019.8.17.0760**, na Comarca de Itamaracá*

*pela suposta prática dos crimes previstos no art. 90 da Lei de Licitações e no art. 288 do Código Penal, já tendo sido denunciado e decretada a prisão preventiva do mesmo em 22/08/2019.*

*[...]*

*Tais fatos demonstram a gravidade concreta dos crimes a ele imputados e a possibilidade de que venha interferir na colheita da prova, o que justifica o decreto preventivo, que está devidamente fundamentado na garantia da ordem pública e econômica e na conveniência da instrução criminal.*

*Ademais, no que tange as alegações de inexistência de fato novo para posterior decretação da prisão preventiva, observo na decisão anterior que prorrogou a prisão temporária do paciente (fls. 449/452), que o **Magistrado a quo**, fez expressa menção ao não colhimento da representação policial pela prisão preventiva naquele momento única e exclusivamente pelo fato de que não haveria consonância, à época, em decretar a prisão preventiva do paciente, enquanto que a **corré e ex-Prefeita Yeda**, que seria em tese, uma das principais articuladores na condição de autoridade superior municipal, ter a prisão temporária apenas prorrogada" (e-STJ fls. 212-218, grifou-se).*

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi  
Relator